

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO								
DOCENTE	GUSTAVO FOSSATI								
CÓDIGO	GRDDIRELE020	SEMESTRE	2022.1	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	A disciplina aborda inicialmente os conceitos básicos do Direito Civil conexos ao planejamento tributário, tais como simulação, dissimulação, fraude, abuso de formas, abuso de direito e propósito negocial. Após a fixação teórica e práticas destes conceitos, propõe-se avançar para as normas gerais de Direito Tributário aplicáveis ao planejamento tributário, especialmente a norma geral anti-elisiva. Todas estas abordagens são realizadas à luz da doutrina e da jurisprudência nacional e estrangeira. Por fim, a disciplina investiga as contribuições já apresentadas no Direito Internacional e no Direito Europeu, notadamente à luz dos principais casos já julgados. Durante todos os encontros, será dado ênfase aos casos práticos envolvendo planejamento tributário, desde a estruturação de contratos e de sociedades até a análise dos efeitos tributários que deles possam decorrer.								
OBJETIVOS	A disciplina tem como objetivos dominar os conceitos jurídicos e econômicos envolvidos no planejamento tributário, bem como o entendimento jurisprudencial administrativo e judicial para, ao final, conhecer os atos e negócios jurídicos que podem, com segurança, serem enquadrados como planejamento tributário lícito e oponível ao Fisco.								
METODOLOGIA	As aulas serão inicialmente expositivas, mas sempre dialogadas com os alunos. Será dado ênfase ao estudo de casos, bem como a leitura conjunta de artigos e pareceres jurídicos sobre as questões e os casos envolvidos. São previstos também seminários a serem apresentados pelos alunos, ocasião em que eles terão a oportunidade de demonstrar os conhecimentos adquiridos ao longo do semestre.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Apresentação do Plano de Ensino e introdução à matéria.								
2	Importância e complexidade do tema. Visão preliminar.								
3	Relacionamento contribuinte e Estado. Democracia. Certeza e segurança jurídica.								
4	Hipóteses que não configuram planejamento tributário. Contextualização histórica.								
5	Primeira fase do debate: liberdade, salvo simulação.								
6	Segunda fase do debate: liberdade, salvo patologias. Abuso de Direito.								
7	Fraude à lei e outras figuras.								
8	Negócio indireto e negócio fiduciário.								

9	Terceira fase do debate: liberdade com capacidade contributiva.	
10	Operações suspeitas ou com risco.	
11	Interpretação da norma tributária.	
12	Norma geral anti-elisiva.	
13	P1. Dia 1º de abril.	
14	Conceito de abuso no Direito Internacional e no Direito Europeu.	
15	Planejamento tributário agressivo.	
16	Planejamento tributário agressivo x abusivo. Planejamento tributário agressivo como conceito de <i>tax morality</i> .	
17	Estudo de Artigo ou Caso 1.	
18	Estudo de Artigo ou Caso 2.	
20	Estudo de Artigo ou Caso 3.	
21	Estudo de Artigo ou Caso 4.	
22	Estudo de Artigo ou Caso 5.	
23	Estudo de Artigo ou Caso 6.	
24	Estudo de Artigo ou Caso 7.	
25	Estudo de Artigo ou Caso 8.	
26	Seminários. Dia 1º de junho.	
27	Seminários. Dia 3 de junho.	
28	Entrega das notas e dúvidas para Prova Final.	
TRILHA	<input checked="" type="checkbox"/>	Advocacia Empresarial
	<input checked="" type="checkbox"/>	Carreiras Públicas
	<input checked="" type="checkbox"/>	Regulação
	<input type="checkbox"/>	Justiça e Sociedade
	<input type="checkbox"/>	Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Uma prova (P1) valendo 10, um seminário valendo 8 e frequência com participação em aula valendo 2.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	GRECO, Marco Aurélio. Planejamento Tributário. São Paulo: Quartier Latin, 2019. CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes e. Planejamento Tributário – Análise de Casos. 2ª ed. São Paulo: MP, 2014. CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes e. Planejamento Tributário – Análise de Casos. São Paulo: MP, 2014, V. 3.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CALDAS, Marta. O conceito de planejamento fiscal agressivo: novos limites ao planejamento fiscal? Coimbra: Almedina, 2015. OLIVEIRA, Maria Odete Batista de. O intercâmbio de informação tributária. Coimbra: Almedina, 2012. PAULSEN, Leandro. Constituição e Código tributário. Comentários. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. SCHOUERI, Luís Eduardo (Coord.); FREITAS, Rodrigo de (Org.). Planejamento Tributário e o “Propósito Negocial” – Mapeamento de Decisões do Conselho de Contribuintes de 2002 a 2008. São Paulo: Quartier Latin, 2010. CREPALDI, Sílvio. Planejamento tributário: teoria e prática. 3ª ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2019.	